CALEIDOSCÓPIO DO TRABALHO: APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Três artigos e uma resenha compõem a seção dedicada ao tema “trabalho” deste Dossiê *Trabalho & Família* que o Cadernos CERU traz agora aos leitores, acostumados que estão a acompanhar as contribuições, discretas e perseverantes, em ciências sociais saídas desta longeva publicação do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP. Os artigos são: o relato de uma pesquisa feita em uma empresa do setor energético francesa por dois jovens pesquisadores do Centro Pierre Naville da Universidade de Evry (França); uma longa entrevista com a socióloga Lucie Tanguy, dedicada há décadas a estudar, na França, a relação entre formação profissional e trabalho, além da história institucional dos centros de pesquisa daquele país orientados para o estudo desses temas, e que teve traduzida no Brasil, há alguns anos (2017) a obra *A Sociologia do Trabalho na França. Pesquisa sobre o Trabalho dos Sociólogos (1950-1990)*¹; e finalmente a tentativa de estabelecer um balanço teórico sobre o debate recente, entre sociólogos de língua inglesa, em torno das contribuições de Polanyi e Marx para o entendimento do capitalismo global, por um doutorando em Sociologia da USP. A resenha, escrita também por uma doutoranda da USP, é sobre uma obra de 2016 publicada no Reino Unido e que aborda um assunto da maior relevância para o futuro do trabalho: a Inteligência Artificial e os usos que podem ser feitos da ciência cognitiva nesse aspecto. Parece pouco (três artigos e uma resenha), mas a qualidade dos textos e a abertura que possibilitam em termos de temáticas e problemas são suficientes para justificar a sua agregação conjunta neste número dos Cadernos. O termo que vem imediatamente à mente é: caleidoscópio. Trata-se de um conjunto de ângulos de ataque que permite, de forma insuspeitada, capturar, cada um à sua maneira, diferentes tópicos que frequentam as pesquisas sobre o trabalho, a sociologia do trabalho e disciplinas conexas (a psicologia, a educação e a ciência política, por exemplo).

Por sociologia do trabalho está-se considerando aqui uma tradição bem ampla que inclui temáticas e matérias que fogem do desenho disciplinar convencional associado às relações industriais ou à relação capital e trabalho; inclui-se também o Estado, o mercado, as instituições e a estrutura da sociedade – em outras palavras, entram todos aqueles aspectos que deveriam estar presentes em qualquer especialidade ou região da sociologia, afinal... o que é a “sociologia”? A citação é longa, porém precisa o ponto em que nos ancoramos para fazer a afirmação precedente:

Em nome da divisão do trabalho científico procura-se, em muitas partes, repelir uma delimitação nítida e rigorosa entre a sociologia, por um lado, e as áreas adjacentes da economia, da psicologia e da história, por outro. Essas tentativas, que se reatam na identificação de um domínio específico da constituição em sociedade, objeto da sociologia como tal, (...) e a afirmação concomitante do primado científico da sociologia sobre as demais disciplinas, servem para tornar mais manejáveis os sistemas conceituais utilizados mas muito menos para tornar inteligíveis as próprias coisas. A preocupação com a autonomia da ciência sociológica e com a delimitação, tão clara e rigorosa quanto

¹ Edusp, 2017. Trad. de Estela dos Santos Abreu.

possível, entre as várias ciências, não deve fazer esquecer que as divisões operadas nos fenômenos, mediante essas abstrações, contêm sempre um momento de arbitrariedade. Os fenômenos sociais são produtos históricos, nos quais as tendências históricas se apresentam como tensões internas dos próprios processos sociais; é por isso que a oposição entre a pura teoria das formas de relações entre os homens e a dinâmica da História nos deixam, em última análise, na posse de um molde vazio, no qual se perdeu toda a consistência do que é “social”. (Theodor Adorno e Max Horkheimer. *Temas Básicos da Sociologia*. São Paulo: Cultrix/Edusp, p. 19-20).

No fundo, não faz muito sentido ficar buscando o que é específico da sociologia do trabalho, assim como não faz sentido ficar buscando, como lembra a passagem acima, o que é específico da sociologia. A energia despendida com tais preocupações pode nos afastar dos verdadeiros problemas.

Focando agora em nosso dossiê, registramos a presença da temática do sindicalismo internacional, da formação profissional, da inteligência artificial, e das condições de trabalho em empresas de serviços. Apenas a última honra indiscutivelmente o objeto tradicional da sociologia do trabalho; as duas primeiras poderiam muito bem estar ancoradas em campos tais como as relações internacionais ou a ciência política, e a pedagogia, respectivamente; a terceira, a rigor, entra como um capítulo da automação e da racionalização do trabalho.

Em um dossiê em que estão presentes contribuições tão diferentes, a arte consiste em juntar os pontos. Não há qualquer diálogo aparente entre elas. Vejamos cada uma.

O artigo de Ricardo Framil Fº é um ensaio que se baseia em sólida pesquisa, tanto empírica quanto teórica, sobre a recepção, no país, da tópica do internacionalismo operário em tempos de globalização – uma literatura sobre a qual existe já uma robusta produção internacional, mas que é ainda relativamente pouco explorada por pesquisadores brasileiros. Tendo percebido acuradamente a recorrência, pelos pesquisadores daquele campo, das referências a um autor como Karl Polanyi, o ensaio se dedica a confrontar a contribuição do pensador húngaro de meados do século passado com as de nada menos do que Marx. O contraponto é pertinente porque Polanyi e a noção subsequente de uma segunda possível “grande transformação” comparecem em diversos autores do campo do sindicalismo internacional e do chamado Trabalho Global (uma designação que abarca a situação da relação capital e trabalho de um ponto de vista da crise dos Estados-Nação e das formas de regulação nacionais): Ronaldo Munck, Peter Evans, Michael Burawoy, Edward Webster, Rob Lambert, Beverly Silver, entre outros. Autores que circulam pelo campo da Teoria Social, tal como a filósofa política Nancy Fraser, também recorrem às ideias de Polanyi quando se trata de abordar as mudanças do mundo do trabalho na atualidade. Quanto à influência de Marx para a sociologia do trabalho e os temas do sindicalismo e da ação social dos trabalhadores, é desnecessário comentar. Portanto, a escolha de confrontar Polanyi e Marx, longe de ser pretensiosa, é indicadora de um acompanhamento refletido e ponderado de um campo de estudos em pleno desenvolvimento nas ciências sociais. Decidido a fazer um balanço compreensivo sobre o que têm dito aqueles autores até aqui, o resultado é satisfatório menos pelas conclusões a que chega do que pelas questões e pontos que levanta – ainda que de maneira

inadvertida. De fato, vai-se centrar a partir de agora nessas questões, a guisa de uma apresentação crítica do referido ensaio. Nesse sentido, abre-se mão de tentar descrevê-lo para o leitor, que deve segui-lo por si mesmo. Detenho-me aqui apenas naqueles pontos que pareceram não evidentes, polêmicos, ou simplesmente instigantes.

Em primeiro lugar, pode-se contestar a pretensa unidade de tantas contribuições diferentes sobre Polanyi e Marx. O fato de todos aqueles autores do campo dos estudos do trabalho os citarem não significa que tenham uma compreensão unificada do que Polanyi e Marx efetivamente disseram. Fica claro que o tema da contestação à “sociedade de mercado” é o ponto comum em todos aqueles autores: todos buscam a resposta a se o pêndulo agora vai voltar para o lado da “proteção da sociedade”, ao invés de abandoná-la à “auto regulação” conducente à mercadorização da vida. Em segundo lugar, a contribuição de Marx e Polanyi é desigual: as implicações de uma crítica da economia política e do capitalismo parecem bem mais amplas do que o panorama histórico que opõe o princípio do mercado ao princípio da regulação dos mercados. Em terceiro lugar, nem sempre o que os comentadores de Marx e Polanyi elegem como sua *pièce de résistance* do argumento é aquilo que chama mais a atenção, do ponto de vista de outras leituras. É exatamente o que vai ser feito em seguida: tentar perscrutar outros tratamentos possíveis para as questões postas por aquela literatura sobre a qual Framil Fº se debruça. É preciso dizê-lo: a recensão a que se dedica está muito bem-feita e – até onde sei – é pioneira nessa área de estudos, considerando o escopo escolhido (a inclusão de Nancy Fraser, por exemplo).

Vejamos alguns momentos do texto.

1) Marx e Polanyi: um diálogo desigual.

O confronto entre Marx e Polanyi em geral opõe, respectivamente, uma teoria da exploração a uma teoria da mercadorização. Para Marx, contudo, a teoria da exploração parte da “mercadorização fictícia” da força de trabalho, portanto não se trata de uma escolha entre crítica da exploração ou crítica da mercadorização, mas a primeira depende da segunda. Uma sociedade baseada na produção do valor (crítica de Marx) parte de uma sociedade baseada na produção simples de mercadorias; o contrário não é verdadeiro.

O terceiro artigo é a tradução de uma entrevista da professora Lucie Tanguy a Stéphane Lembré e Gilles Moreau no estilo história intelectual, saída originalmente na revista *Images du Travail, Travail des Images* e muito oportunamente proposta pela Profa. Selma Venco. A contribuição de Lucie Tanguy, apresentada e traduzida pela Profa. Venco, mostra um todo outro horizonte de preocupações:

Outro ponto: para Polanyi, a contestação advém da mercadorização. Para Marx, a contestação advém, além da mercadorização (etapa do capitalismo manufatureiro), da exploração (condições de trabalho) no interior do contrato de trabalho (relação salarial) no capitalismo industrial, isto é, do regime fabril (a observação se mantém mesmo com a ressalva do autor do artigo, na nota 6, em distinguir entre “mercadorização” e “mercantilização”).

As razões pelas quais as condições de trabalho (e o processo de trabalho) deixaram de ser objeto das preocupações dos sociólogos do trabalho (como Burawoy) são impossíveis de estabelecer em sua plenitude, na falta de uma justificação teoricamente

fundamentada. As razões que são invocadas são de natureza fatual e dizem respeito ao declínio da produção industrial no mundo, devido à automatização dos processos, à perda de centralidade da classe operária manufatureira, à crise dos sindicatos e da ação coletiva baseada no contrato de trabalho de longa duração - que se esvai na maioria das sociedades capitalistas -, e à capacidade de mobilidade do capital comparada com a imobilidade da força-de-trabalho (teorizada pelo próprio Burawoy décadas atrás como “regime fabril despótico-hegemônico”²). Entretanto, Beverly Silver demonstrou depois que a produção industrial se desloca geograficamente no tempo, reproduzindo classes operárias ali onde elas não existiam. As razões invocadas acima, contudo, compõem uma espécie de diagnóstico comum, compartilhado pela maioria dos autores.

O nó teórico identificado pelo texto de Framil Fº é a assunção de que a tese polanyiana do “duplo movimento” é complementar à teoria marxista da luta de classes. Isso teria ensejado um conjunto de textos e autores – esses que são trabalhados no artigo - que estabeleceram uma espécie de campo de debates e confronto recíproco em torno deles mesmos e de algumas obras de referência, compartilhadas pelos interlocutores. Tal caracterização parece crível, pelos elementos apresentados (o conjunto literário que compõe o debate); no entanto, cabe perguntar: aquela pressuposição elementar é, ela mesma, não problemática? ou, dito de outra forma: quem disse que a tese polanyiana do duplo movimento é mesmo complementar à teoria marxista da luta de classes? O que há de comum entre ambas é que se trata de duas formas de contestação à economia de mercado. Mas, fica a questão: ser contestatário à economia de mercado não significa ser contestatário ao capitalismo, certo? Estão aí as saídas autoritárias e conservadoras (o fascismo) para prová-lo: essa era, também, uma alternativa possível de “proteção” contra o “moinho satânico” na altura da confecção de *A Grande Transformação – As Origens de Nossa Época* (1944).

No que respeita à questão da contestação, é necessário precisar melhor conceitualmente para não passar a impressão de que se trata apenas de uma querela terminológica.

Para Marx, a classe é uma forma de contestação – só existe como luta de classe -; e um conceito relacional. Se existe outra forma de contestação concorrente (por exemplo, os movimentos sociais), então “classe” deixa de ser um conceito pertinente, pois ela só tem existência dinâmica, em confronto com outra classe. Do que resulta que, se hoje as classes trabalhadores foram subtraídas de sua capacidade de contestação (e de influência), então deixa de fazer sentido associá-las a qualquer modalidade de luta ou confrontação, sendo que “classe” passa a ser uma noção integradora e funcional, e os movimentos sociais – tais como os anti-mercadorização – é que passam a conduzir o estandarte da “classe”. Além disso, só “contestação” não basta; a classe, na visão marxista, tinha também um projeto de sociedade (uma sociedade sem classes).

2) Marx por Evans.

A reprodução de uma passagem de um artigo de Peter Evans (*Is Labor Turn to Globalize?*) contém uma afirmação no mínimo desconcertante para o militante e o

² Em *Politics of Production. Factory Regimes under Advanced Capitalism*, London: Verso, 1985.

pesquisador engajado: a de que Marx seria responsável pela “proposição fundacional” de que “qualquer reorganização na produção cria novas oportunidades para a contra organização”. Tal assunção voluntarista não consegue explicar por que a situação do movimento trabalhista no mundo é tão desalentadora, se o ritmo das mudanças produtivas (a “reorganização na produção”) é mais frenético do que nunca. Será que a Indústria 4.0 e o capitalismo de plataformas estão criando de fato “novas oportunidades”? A luta do trabalhador contra a máquina, para ficar nos termos colocados por Marx n’ *O Capital*, não parece deixar dúvidas da tendência histórica do emprego da tecnologia no processo de trabalho capitalista. A menos, é claro, que a classe trabalhadora industrial tenha resignado a qualquer iniciativa crítica, e o bastão tenha sido passado definitivamente para novos atores coletivos – tais como os novos movimentos sociais – que, esses, tenham então passado ao protagonismo capturando as oportunidades de “contra organização” que a primeira não foi capaz de galvanizar.

3) Polanyi segundo Burawoy. Marx segundo Fraser.

A leitura de Polanyi por Burawoy é uma outra maneira de dizer o que dizem os institucionalistas, tanto da economia quanto da ciência política: a constatação de que entre o mercado (sociedade civil) e o Estado (política), existe uma esfera própria, com autonomia e dinâmica particular. Polanyi é considerado o “pai” da economia institucionalista porque coloca em primeiro plano a “sociedade” como um elemento intermediário entre o Estado e a Sociedade Civil, do mesmo modo que Gramsci o teria feito, segundo a leitura proposta pelo sociólogo de Berkeley. Nancy Fraser, a outra autora que trabalha na interseção entre Marx e Polanyi, também teria redescoberto a “sociedade”, a partir da constatação de uma suposta limitação da teoria marxiana, qual seja, o reducionismo dos fenômenos sociais ao econômico. Registre-se que essa não é uma objeção nova entre os autores simpáticos ao marxismo. Não seria possível reproduzir aqui o repertório cíclico dessas críticas ao reducionismo “economicista” de Marx, nem também as respostas a elas. Mas é suficiente lembrar que não se trata, esse, de um argumento novo, ainda que cumpra uma função produtiva no argumento da autora, que é o de ser o esporão para a conclusão da existência de uma esfera da reprodução, ao lado e *dentro* mesmo da esfera da produção. Numa outra chave, poder-se-ia pensar em termos do par valor e não-valor; ou ainda: economia política e sociabilidade (outra maneira de reconhecer a “sociedade” irredutível às leis do mercado). Estamos no meio da constatação da descoberta do “social” e da necessidade do seu estudo, isto é, da sociologia – uma problemática tão antiga quanto o século XIX.

Quando se menciona a esfera da reprodução *dentro* da esfera da produção, ou do não-valor *dentro* da constituição do próprio valor, não se está reconhecendo apenas a pertinência das correções de rumo vindas da teoria feminista (muito caras a Fraser e seus leitores), mas também e principalmente as limitações internas do *econômico* e de tudo o que ele implica: produtividade, eficiência, contabilidade, racionalidade. “Dentro” do econômico está uma caixa-preta que contém um conjunto de disposições e de maneiras-de-agir que não respondem inteiramente à lógica econômica (ou “instrumental”).

O artigo de Tiffon & Goussard, o qual será visto a seguir, explicita esse achado: o texto deles acaba, de modo indireto, por tocar na seguinte questão: o que quer dizer, hoje,

nas condições de um capitalismo ultra racionalizado, *trabalhar* e ser avaliado, medido e remunerado por esse trabalho dispendido? Como se vê, embora longínquo na aparência, o problema de definir o trabalho na sociedade não passa somente por localizar as suas lutas contra hegemônicas – se elas estão melhor aninhadas no mercado ou na produção, na sociedade ou na fábrica, no movimento social ou no sindicato - mas em reconhecer que o imbricamento e a simultaneidade jamais separáveis entre o econômico e o social em momento algum permitiria tomá-los, quer a um, quer a outro, como “fatos” desligados dos momentos de sua constituição teórica: o que inclui, sim, o fator econômico tanto quanto o psicológico, o demográfico, o antropológico, o político, o sociológico etc. Relembrar a antiga lição da Teoria Crítica com respeito ao entendimento do que é “sociologia” é uma operação sempre oportuna, em cada ocasião que reaparece a recorrente questão das fronteiras e das definições metódicas, como demonstrado na longa citação anterior nesta apresentação.

Ela está sugerida novamente aqui, lembrada, por causa dos deslocamentos que autores como Burawoy, Fraser, Webster, Evans, Silver e Munck, por exemplo, operam nos conceitos de Marx e Polanyi - mas mais particularmente Marx-, ou seja, esforçar-se por “completar” algo que na verdade já existe, já está contido na teoria e na construção intelectual do autor. O Marx “economicista”, entra geração, sai geração, é o alvo sempre mobilizado. Vemos de novo o mesmo esforço no caso da análise dos movimentos sociais contra hegemônicos e das lutas operárias e sindicais, traçando fronteiras onde na verdade existe fluidez e imbricamento. A “separação institucional” que uma autora como Fraser almeja analiticamente alcançar é justamente o caminho contrário da abordagem dialética que recusa a pureza do fato social. E há ainda um outro problema vislumbrado no argumento dessa autora: as “gramáticas normativas” são encontráveis somente nos espaços “preservados” da mercadorização? O que dizer dos espaços “contaminados” pelo economicismo, digamos, um sindicato ou uma luta contratual no âmbito do mercado de trabalho? Ausentes aí valores, normas, princípios de legitimação porque o móvel do conflito é eminentemente econômico (almeja a melhorias dentro do sistema)? Nesse caso, como explicar a contestação nessa esfera regulada, e – mais – como explicar que as condições mais satisfatórias de luta social (em termos de possibilidades de vitória) se observem justamente nesses terrenos já regulados, exatamente por que são os mais protegidos contra o arbitrário patronal? (uma greve na Petrobrás, nos Correios, numa grande montadora de veículos etc.)

4) Marx, Polanyi e os outros, por Framil Fº:

O autor propõe uma diferenciação na recepção da síntese Marx-Polanyi: de um lado estariam os “seletivos”, tais como Burawoy, de outro estariam os “eccléticos”, como Fraser. Esse é o toque mais autoral do artigo. Deixo aos leitores a avaliação sobre se não foi uma ousadia indevida. De todo o modo, o ensaio é uma tentativa séria e informada de tentar traçar uma cartografia do debate. De quebra, permitiu a emersão de uma série de questões pertinentes e atuais, a confrontação com situações práticas da empiria, e o diálogo com quem não está seguro do caminho trilhado pela literatura (a “síntese seletiva” dos aportes de Marx e Polanyi), preferindo ver outros lados das mesmas questões colocadas por esses autores. Ângulos diferentes do caleidoscópio.

Passemos agora ao próximo artigo da série: o estudo sobre paradoxo da recorrência da burocracia em um contexto de organização flexível, como é a organização dita “por projeto” na pesquisa industrial de uma empresa de energia. Agora estamos lidando com trabalhadores técnicos e com profissionais de nível superior, bem diferente dos operários pouco ou semiqualeificados: ao contrário, são trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento, com perfil próximo aos “acadêmicos” da universidade e do trabalho intelectual.

Quais são os pontos relevantes aqui, e o que o artigo traz à tona?

A primeira coisa a chamar a atenção é a descrição sobre como funciona uma “organização por projeto” - uma forma de organização do trabalho que é conduzida/dominada pelo modelo de negócios da firma, tendo essa última como traço distintivo a atenção à reatividade dos consumidores. O modelo produtivo segue o princípio da pilotagem pelo mercado (DURAND, 2003), e é encontrável em grupos industriais dos mais diversos setores e ramos de atividade³. Nesse modelo, os empregados e trabalhadores *agregam* mais tarefas ao seu próprio trabalho – tarefas de cuidado com o produto (chamada às vezes de “preparação”, planejamento ou – quando se trata de tarefas de manufatura – de *setup*), ou com a qualidade dele; tarefas que a gerência chama de “gestão do produto”.

Viu-se muito dessa fórmula organizacional e produtiva com a implantação dos programas de qualidade inspirados no modelo toyotista, nos anos 1980 e 1990. Essas (novas) tarefas incluem, entre outras, o compromisso de elaborar relatórios, planejar encontros com colegas, enfim, “fazer coisas” (o que pressupõe não apenas dar sugestões mas também zelar pela sua colocação em prática), legitimando os seus proponentes perante os demais empregados e a direção como alguém capaz de “assumir desafios” etc. É o que se conhece como uma postura proativa, respondendo prontamente, sem se queixar, das atribuições de responsabilidade que a empresa descarrega nos ombros de seus “colaboradores”. Inclui tarefas de contabilidade (preencher formulários de reembolso para pedidos de escritório ou recursos para diárias – no caso de trabalho externo), logística (solicitação de transporte de si ou dos outros sob sua responsabilidade, bem como de mercadorias). São tarefas de gestão que são repassadas, distribuídas e diluídas com as tarefas especializadas de antes. Acúmulo de funções que esconde (às vezes nem mesmo isso) a pretensa anti-rigidez dos esquemas burocratizados e funcionais da empresa verticalizada.

A empresa horizontal em-rede, como promessa de maior autonomia e responsabilização do empregado, só devolve a esse último mais trabalho (tempo de dispêndio com os problemas “da firma”), preocupação e *stress*. A ideia liberal subjacente a tais políticas de organização, ou de organização-tendente-a-zero (isto é, quase uma autogestão fabril ou empresarial) é o de certo libertarianismo ou anarquia como regime de decisão, no limite antípoda a qualquer noção de gestão ou de organização: *faz-se* com os recursos disponíveis, usa-se a imaginação e os ativos *criativos* que cada um possui, mas que permanecem abafados pela desinteligência da burocracia. Ora, qual é o pressuposto da burocracia? O pressuposto é uma divisão do trabalho rígida entre quem

³ Um exemplo notável é o da Natura, por exemplo, estudada por Thiago Aguiar em *Maquiando o Trabalho. Opacidade e Transparência numa Empresa de Cosméticos Global*. São Paulo: Annablume, 2017.

executa e quem concebe, com poucos entrecruzamentos entre os polos e, como se sabe bem pela propaganda da literatura gerencial, tal divisão do trabalho teria sido seriamente abalada, reza o mantra, pelos novos métodos de trabalho baseados na reengenharia “inteligente” (isto é, que captura o “valor” das soluções criativas e da competência dos bem-dotados intelectualmente). O que o texto de Tiffon & Goussard mostram bem é que, muito ao contrário, novas funções burocráticas são agora acrescentadas “na margem”, subtraindo aquele ganho de autonomia e liberdade que os profissionais que prezam o seu ofício tanto valorizam. Dessa forma, a captura do valor do intelecto e o foco na criatividade acabam *durando muito tempo*, isto é, extravasando o horário de trabalho. O resultado líquido é que a nova firma reestruturada na verdade não suprimiu a burocracia, mas a reinventou em outro lugar: na esfera da reprodução (o trabalho em casa, nas horas de lazer ou do convívio com a família), ou então na esfera dos tempos mortos do próprio processo de trabalho (aquilo que mais acima denominou-se como o valor *dentro* do não-valor), preenchidos então com operações repetitivas e antes executadas pelo pessoal de escritório, agora eliminado do organograma da empresa. Diversas pequenas atividades “inúteis” para o que esses empregados técnico-científicos chamam de “o verdadeiro trabalho” são agora adicionadas no cotidiano, conduzindo a uma sensação, para esses últimos, de sobretrabalho e de desvio de finalidade de seus projetos profissionais. Frustração, cansaço e senso de injustiça predominam no ambiente.

Do ponto de vista econômico ou estrutural, é importante ressaltar que o modelo produtivo no qual se assenta a organização por projeto traduz uma forma de coordenação tanto dos agentes econômicos *fora* da empresa (consumidores e produtores, passando pelo *marketing*), quanto das seções *dentro* da empresa ou da unidade de produção. Portanto, trata-se de uma racionalização do trabalho que obedece a uma racionalização produtiva mais ampla; sendo ambas coerentes entre si, reforça-se a noção, para o trabalhador da empresa flexível e moderna, de um circuito fechado, “sem saída”, com desdobramentos psicológicos evidentes, alguns bem documentados nos relatos de entrevistas com as quais o artigo nos brinda.

O terceiro artigo é a tradução de uma entrevista no estilo história intelectual, saída originalmente na revista *Images du Travail, Travail des Images*⁴ e muito oportunamente proposta pela Profa. Selma Venco. A contribuição de Luc Tanguy, apresentada e traduzida pela Profa. Venco, mostra um todo outro horizonte de preocupações: aquele da formação da classe trabalhadora, isto é, do processo de escolarização e de entrada no mercado de trabalho. Mas, é bom frisar, estamos falando de uma classe trabalhadora industrial, e de uma formação profissional construída, ao longo dos anos pelo patronato e pelo Estado, para suprir aquela demanda. A trajetória profissional da socióloga francesa acompanha aquela história ao longo do século XX. Quão importante é, para o tipo de sociedade industrial que predominou então, a aquisição de um saber escolar almejado e valorizado no mercado das qualificações, assim como para a constituição de um orgulho de classe que retira o seu poder de negociação contratual dos ativos materiais e simbólicos (incluídos aqui os educacionais) que acumula. Isso não é tão enfatizado nas pesquisas de Tanguy – que se detêm em outros aspectos do problema – mas pode ser inferido do

⁴ <https://imagesdutravail.edel.univ-poitiers.fr/index.php?id=2734>

material sociológico com o qual se defronta – a “classe operária” – e mostra que bons estudos feitos com profundidade (como é o caso dela, atestado pelo depoimento a que o leitor tem aqui acesso) sempre permitem retirar, do agregado caleidoscópico, a parcela que mais importa às preocupações de pesquisa de uns e outros.

É o que acontece com a formação profissional para o trabalho, tema principal das pesquisas de Tanguy (ela reconstrói, inclusive, a sociologia do trabalho francesa a partir dos aportes de financiamento aos grupos que se dedicaram a estudar a classe trabalhadora em sua relação com a sociedade industrial e a modernização social⁵). É quase imediata a associação com as preocupações dos empresários em “formar” uma força de trabalho adequada ao tipo de indústrias que eles controlam – ontem era a manufatura fordista, agora é a... indústria 4.0? A pergunta hoje é global, e não se restringe mais a uma pergunta da classe empresarial francesa ou brasileira. Quando lemos o relato autobiográfico na forma de entrevista, é como se as questões da sociedade aflorassem nítidas na mente e podemos compor os perfis imaginários de um expert da Fiesp, do CNI ou do Medef (a associação dos empresários franceses, equivalente à nossa Confederação Nacional da Indústria), como se fossem eles que estivessem falando: o “gargalo da mão de obra”, a “falta de qualificação de nossos trabalhadores”, “a má formação do ensino básico”, e tantos outros discursos prontos. Ao contrário do que poderia parecer, é essa espécie de ventriloquismo social o que torna o caso tão interessante para nós: mostra que ele tem uma relevância pública; torna-o um objeto sociológico por direito próprio. Por trás, assim, de uma história intelectual de uma pesquisadora de outro país, em outro contexto acadêmico que não é o nosso, e cujos traços de interseção se resumem às trocas universitárias binacionais Brasil-França (que não foram poucas, como se pode atestar pelo depoimento da própria tradutora, uma das beneficiadas com tal diálogo acadêmico, juntamente com outras pesquisadoras que ajudaram a disseminar os trabalhos de Tanguy no Brasil), vemos a persistência de um conjunto de problemas que afeta tanto as sociedades desenvolvidas quanto as em vias de desenvolvimento. Trata-se de uma preocupação relevante, perseguida por uma socióloga exemplar. É importante que essa história seja contada para conhecimento daqueles que, na atualidade, perseguem questões semelhantes às dela em sua época. É oportuno, portanto, esse depoimento da sociologia da educação que transborda de sua especialidade e atinge os pesquisadores do mundo do trabalho.

Finalmente, a quarta contribuição é a resenha feita por Lilian Prado Pereira do livro ainda sem tradução em português de Margaret Boden, consagrada autora britânica que escreve sobre temas que vão da psicologia piagetiana à Inteligência Artificial, cujo título é justamente *AI: Its Nature and Future*. A apresentação que faz Lilian sugere-nos uma série de implicações importantes da Inteligência Artificial para o mundo do trabalho, em novos ângulos e perspectivas do caleidoscópio de questões que este dossiê abre a todos os interessados.

Após esses artigos que tratam especificamente do tema trabalho, seja em termos de questões que o afetam na sociedade globalizada em que vivemos, vêm vários sobre a temática da educação tanto escolar - desde as primeiras séries do ensino elementar até o

⁵ O projeto intelectual de um Alain Touraine, por exemplo, pode ser aqui reconhecido facilmente.

ensino superior - como a que precede a educação escolar, isto é, a que se dá no ambiente familiar, que a prepara e complementa.

O texto de Leandro da Nóbrega Pinheiro discute uma questão que só agora começa a atrair a atenção dos educadores porque, aparentemente, não é um problema e, sim, algo positivo que traz muita satisfação aos professores que têm que lidar com isso. Apresenta parte dos resultados da tese de doutorado do autor: “A invisibilidade dos estudantes alto-habilidosos e a produção do fracasso escolar: faces da escola capitalista e seus impactos na educação brasileira”, que analisou a situação de invisibilidade dos estudantes com características de Superdotação, na educação brasileira, as explicações para essa situação e seus impactos na realidade educacional de nosso país. O artigo apresenta os resultados da pesquisa, de modo a conhecermos os sujeitos alto-habilidosos e sua invisibilidade com base em cinco entrevistas realizadas com estudantes com características de AH/SD e residentes na Baixada Santista.

Por meio de textos acadêmicos tributários do estado da arte, as autoras, Marília Gomes Ghizzi Godoy e Aluana Xavier de Lima, procuram aquilatar os sentidos de cidadania e emancipação cultural que acompanham as ações educativas desenvolvidas com alunos autistas nos meios escolares. Diante de uma condição humana própria e de uma situação de incompletude biológica pergunta-se como seguem as propostas integrativas e de equidade que vigoram no campo político da educação inclusiva. Faz-se uma abordagem documental que pauta os ganhos e as barreiras presentes no ensino, com relação aos sujeitos autistas. No recorte concernente ao sentido humano da escola e ao caráter transformador das iniciativas escolares e pedagógicas impõe-se uma vigilância e, às vezes, renúncia às dimensões representadas pelos diagnósticos terapêuticos. Nesse sentido, visam entender como uma dimensão antropológica universalista que sustenta os direitos humanos das pessoas com deficiência é capaz de configurar uma eficácia simbólica expressiva de um contraste próprio frente ao exercício de políticas públicas de educação.

Wataru Kikuchi aborda aqui um tema bastante surpreendente, pois se acredita que a educação atual num país tão moderno como o Japão terá ultrapassado os valores tradicionais tão importantes no passado japonês. Acredita-se que a hierarquia social já não desempenha um componente tão importante para a compreensão da sociedade japonesa na atualidade. O presente trabalho, no entanto, ao discutir a hierarquia na sociedade japonesa por meio da análise da escola, mostra como uma das principais instituições de socialização ainda conserva traços significativos da tradição passada. Para tanto, no primeiro momento, é empregado o método histórico na reconstituição da trajetória institucional das escolas do Japão, destacando-se os fatores de institucionalização da hierarquia e, por último, enfoca a estruturação e o funcionamento da escola contemporânea, à luz do conceito de rotinização.

Daniel Martins e Cássio Knapp são os autores do texto “Proposta de uma metodologia intercultural na construção de artigos científicos por estudantes indígenas do PPGET – UFGD”. Daniel é doutor em Antropologia pelo Instituto de Iberoamérica – USAL, bem como doutor em Educação pela Universidade de Burgos (UBU), da Espanha e pós-doutor pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade - PPGET da UFGD.

Cássio é doutor em História e professor do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - Teko Arandu e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGET- da UFGD. Neste artigo apresentam uma proposta de metodologia intercultural de pesquisa na construção de artigos científicos por estudantes indígenas Guarani, Kaiowá e Terena do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade – PPGET da UFGD. Para poder propor essa metodologia, sua base foi uma pesquisa com perspectiva qualitativa com as abordagens Etic e Emic, tendo como marco referencial o pensamento de clássicos como Boas, Schaden, Freire, Gizburg, Morin e Martins, entre outros autores. Para tanto, analisaram extensamente o conceito de interculturalidade utilizado como metodologia de pesquisa e, por isso, elemento capaz de manter viva a cultura indígena desprezada pela população em seu entorno por interesses políticos e econômicos.

Passando às questões relacionadas à família, aparecem alguns artigos importantes nessa temática. Maria Lucia de Souza Campos Paiva, pedagoga, psicóloga clínica e psicanalista, é doutora em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Seu artigo mostra que, na atualidade, muitos adultos jovens ainda prolongam sua permanência na casa de seus familiares. Sua análise evidencia que são inúmeras as razões que podem explicar tal fenômeno, abordando a questão com base no desenvolvimento emocional da independência do sujeito e como a educação pode propiciar, no âmbito familiar, o surgimento de um sujeito autônomo e independente na vida adulta.

Maria Christina Siqueira de Souza Campos, socióloga, doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Duisburg (Alemanha), livre-docente em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, e professora emérita da USP, discute em seu artigo, os problemas que os pais têm enfrentado na educação de seus filhos, problemas esses decorrentes, muitas vezes, de seu próprio despreparo para o desempenho de uma função cada dia mais problemática, como resultado das transformações aceleradas da sociedade desde a segunda metade do século XX e o início do atual. Essas transformações já haviam se iniciado com a Idade Contemporânea, quando mudanças de caráter econômico e tecnológico provocaram outras de cunho político-social e cultural. Do ponto de vista social, muitas e rápidas são as mudanças que vêm contribuindo significativamente para a insegurança dos pais em relação à educação dos filhos. Dados de uma dissertação de mestrado defendida por Zanetti em 2008 constituem a base para a ilustração e análise das dificuldades enfrentadas na vida familiar atual.

As autoras do artigo seguinte, “Espaços de misericórdia em São Paulo: ancestralidade”, Maria Candelária Moraes, mestre em História pela PUCSP e professora do curso de História e de Arqueologia da UNIMES, bem como coordenadora dos cursos de História, Arqueologia e Geografia da UNIMES, e Sandra Regina Colucci, doutora em História pela PUCSP, e professora do curso lato sensu de História da PUCSP e do curso de História da UNIMES, analisam as práticas de caridade associadas à questão do abandono de crianças em São Paulo, no sentido das intervenções nas relações entre mães e filhos, principalmente aquelas promovidas historicamente pelas Santas Casas de Misericórdia. A Santa Casa de São Paulo, de acordo com seus princípios de misericórdia, instalou em 1825 uma Roda para Enjeitados, que, aos poucos, passou a ser identificada

como espaço de infantes perigosos e não mais como de infantes em perigo, o Estado passando a ter a tutela dessas crianças considerando que elas estariam “sob o efeito da ausência dos pais”.

Isabel Fogaça, em seu texto “Memória e cidade: patrimônio, cultura e história de Nova Iguaçu (RJ)”, faz uma síntese das pesquisas e atividades desenvolvidas, resultados e desdobramentos do projeto “Patrimônio histórico e cultural de Nova Iguaçu: relações simbólicas, sociedade e turismo”, que teve como objetivo organizar informações para a construção de uma cartilha do patrimônio histórico e cultural do município de Nova Iguaçu/RJ, voltada ao ensino fundamental. Portanto, seus resultados buscaram contribuir para despontar entre estudantes e educadores de Nova Iguaçu uma nova forma de se ver e de existir para si e para o mundo, além de sinalizar, para o aprendizado e reconhecimento da história da cidade, sobre a importância da colaboração e da multiplicação do conhecimento sobre o patrimônio cultural.

O artigo de Naira Rosana Albuquerque, mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille (SC), Taiza Mara Rauen Moraes, doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina, e Ilanil Coelho, doutora em Patrimônio Cultural e Sociedade da universidade Univille, faz reflexões iniciais, mas importantes, da pesquisa dirigida para a Baía Babitonga como um múltiplo patrimônio em disputa, tendo como referência olhares de pescadores artesanais. Por meio de narrativas orais de pescadores artesanais dessa baía, localizada no norte catarinense, buscam evidenciar as relações de memória, pertencimento e identidade desses sujeitos com seu espaço de vida, refletindo teoricamente sobre as relações cultura-natureza que eles estabelecem. Compreender os vínculos com o território e como esses vínculos contribuem ou não para a proteção desse patrimônio se faz importante na delimitação de estratégias de proteção efetiva e defesa de Babitonga.

No trabalho de Anna Paula Telino de Abreu Fernandes, “A hospitalidade e os migrantes nordestinos no Bixiga (São Paulo)”, mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi, tem estágio em docência nessa mesma universidade de São Paulo, a autora quer compreender as relações de hospitalidade estabelecidas entre os migrantes nordestinos e a sociedade de acolhimento no Bixiga. Para isso realizou um estudo exploratório, por meio de observação participante e entrevistas abertas semiestruturadas, gravadas e transcritas. Verificou que o acolhimento do migrante nordestino não é incondicional; conflitos, imposição de regras de conduta e de condições por parte da sociedade de acolhimento foram observados, bem como hostilidade e comportamentos xenofóbicos em relação a eles em algumas situações. Apesar da contribuição dessa comunidade para o desenvolvimento do território, é perceptível o seu apagamento e falta de representatividade, por serem encarados como indivíduos inferiores, indignos de reconhecimento, enquanto os italianos são vistos como os responsáveis por tornar o Bixiga referência nacional.

Marcello Alario Ennes, pós-doutor pelo Centro de Estudos sobre Migrações e Relações Interculturais do CEMRI/UAb/Portugal, doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP/Araraquara, e docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, PPGS, ambos da Universidade Federal de Sergipe/UFS e líder do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos

Identitários e Poder” – GEPPIP, Rosinadja Morato, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFS e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP e Caio Ferreira dos Santos, graduando em Ciências Sociais/UFS, bem como membro do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP, no artigo “dois olhares sobre a migração internacional no nordeste brasileiro”, têm como objeto as imigrações internacionais para a região Nordeste do Brasil. O estudo está delimitado a três grandes períodos. O primeiro compreende as últimas décadas do século XIX e a década de 1940. O segundo começa no Pós-Guerra e vai até o final de 1980. O último começa na década de 1990 e se encerra em 2018. As questões a que procuraram responder foram: quem são os imigrantes? Como eles se inseriram na região? E quais os desdobramentos econômicos, políticos, sociais e culturais? O motivo que deu origem ao artigo foi a necessidade de conhecer e dar maior visibilidade à presença migrante no Nordeste. Para responderem a essas questões basearam-se em dois olhares. O primeiro foi lançado a partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos identitários e Poder” – GEPPIP/UFS e o segundo, com base nas dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação da região. Como resultado, identificaram que os fluxos foram mais intensos no primeiro e terceiro períodos. No primeiro estiveram presentes imigrantes originários da Europa e no terceiro estes foram acompanhados por imigrantes originários da Ásia e da África. Esses imigrantes se inseriram como trabalhadores, empresários e estudantes e sua presença gerou questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Muitas vezes essas questões se sobrepuseram, por exemplo, às práticas econômicas e/ou políticas com a religiosidade e etnicidade entre imigrantes e brasileiros.

Os autores de “Polos agroflorestais de Rio Branco: modos de vida e segurança alimentar”, Francieleide Lopes do Nascimento, mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA) e docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Vera Lucia Silveira Botta Ferrante, com doutorado em Sociologia pela UNESP, docente e coordenadora do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (Mestrado e Doutorado), da UNIARA, Luiz Manoel Moraes de Camargo Almeida, docente e pesquisador em políticas públicas da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Campus Lagoa do Sino, e Gustavo Fonseca de Almeida, com doutorado em Agroecologia pela Aarhus University (AU), da Dinamarca e docente e pesquisador em Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Campus Lagoa do Sino, por suas qualificações, dispensam muita apresentação. No entanto, é bom que coloquemos em relevo algumas destas para salientar a importância da análise efetuada no texto. O artigo apresenta os modos de vida de um grupo de agricultores familiares e procura destacar o papel das mulheres e jovens no processo de construção social. Este grupo é beneficiário de uma política pública denominada “polos agroflorestais”. Trata-se de um projeto de assentamento rural desenvolvido no âmbito da administração pública municipal e estadual. A pesquisa de campo foi empreendida em três polos agroflorestais de Rio Branco que possuem características distintas. O caderno de campo foi o instrumento de coleta de dados utilizado para o registro dos relatos dos agricultores. Este estudo mostra que o grupo apresenta uma identidade social comum, os indivíduos são de origem rural,

tinham condições de vida precárias antes da implementação da política dos polos agroindustriais e, de modo geral, a posse de um lote de terra proporcionou melhoria na qualidade de vida.

A primeira resenha deste número dos Cadernos CERU é de autoria de Lilian Prado Pereira, doutoranda do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP. Dá a conhecer uma obra de Margarete Boden, docente da Universidade de Sussex, no Reino Unido. Possui formação em Medicina, Filosofia e Psicologia, áreas que integra se dedicando a pesquisas em Inteligência Artificial e Ciência Cognitiva. Nesta resenha é apresentado seu livro “AI: It’s nature and future”, de 2016, em que a autora revisa os desafios da Inteligência Artificial desde seu início, passando por seus principais conceitos até chegar às questões que o possível desenvolvimento de uma superinteligência artificial traria no futuro. A autora apresenta as principais questões que rodeiam o tema, não deixando de levar em conta a materialidade do mundo em que vivemos e a forma como essa materialidade pode se entrelaçar ao virtual. Pereira conclui sua resenha chamando a atenção para o fato de que, apesar das vantagens que traz, pelo aumento da produtividade gerado, a IA atua hoje como um catalizador das desigualdades sociais. As tendências apontadas por Margareth Boden indicam que o desenvolvimento da IA deve contribuir para a concentração de renda nos países desenvolvidos e para o aumento do desemprego nos países em desenvolvimento, acentuando as desigualdades sociais nacionais e internacionais.

Por fim, fechando este número com uma obra também muito importante, a resenha de Maria Helena Rocha Antunias foca uma coletânea organizada por João Carlos Barroso, com prefácio de Edna Ramos de Castro, do NAEA e IFCH – UFPA, obra que discute a estrutura, a história e os problemas atuais vivenciados pela microrregião Norte do Araguaia. A coletânea é apresentada em três partes e nove capítulos cujos títulos indicam com clareza os problemas a que se referem: parte I, Deslocamentos e territorialização no Norte Araguaia, parte II, O conflito de Marãiwtsédé, parte III, Trabalho, assentamentos rurais e agricultura familiar. O livro em questão é de grande interesse para os historiadores e demais cientistas sociais que estudam a configuração atual da região do Araguaia; resultante da penetração do capitalismo, desde a primeira metade do século vinte; tendo em vista a apropriação de terras indígenas, movimentos de lutas, resistência e expulsão de posseiros; assentamentos rurais nos projetos do INCRA. Finalmente, um processo em andamento de reestruturação produtiva comandado pelo agronegócio, com as bênçãos do Estado brasileiro e suas consequências socioeconômicas e ambientais, como desmatamento, desestruturação de grande parte da agricultura familiar, empobrecimento dessa população e êxodo rural.

Leonardo Mello e Silva

Maria Christina Siqueira de Souza Campos

Referências

DURAND, J.P. A Refundação do Trabalho no Fluxo Tensionado. *Tempo Social* vol.15, nº1, abr. 2003. p. 139-158.

<https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100008>